

Apostar na Sociedade Civil

José Eduardo Agualusa

Recentemente, o escritor e jornalista angolano Rafael Marques divulgou através da Internet uma ficção política da sua autoria, "Não há pão para malucos", que satiriza, com extraordinária coragem e lucidez, o drama de Angola.

O ditador de um país não nomeado, personagem principal do conto, discute com um dos seus generais o financiamento da guerra civil: "Com 40 milhões de dólares para reforçar a ofensiva a gente dá o golpe final, Chefia". Confiava o general. O generalíssimo olhou-o com sarcasmo, de cima a baixo, e questionou secamente: "Se dermos o golpe final, contra quem lutaremos depois?".

Na opinião do ditador não era possível encontrar outro inimigo tão adequado. A melhor solução, para ele, seria manter a guerrilha indefinidamente, e se necessário a expensas do próprio Estado.

Ficção política? Pode ser, mas Rafael Marques aproximou-se perigosamente da realidade. Para qualquer estudioso do caso angolano é hoje óbvio que o Estado Predador, dirigido por José Eduardo dos Santos, não está nem nunca esteve interessado na efectiva destruição da UNITA.

A instabilidade provocada pelos guerrilheiros de Jonas Savimbi serve de pretexto para o estado de excepção que se vive no país. É com este argumento que o MPLA se recusa a organizar eleições e é também com ele que justifica o controlo dos órgãos de informação. A UNITA continua a ser responsabilizada, além disso, por todos os problemas que o Governo - admitindo que existe qualquer coisa parecida com um Governo - não consegue resolver.

Não é possível também esquecer que as grandes potências, com destaque para os Estados Unidos da América e a França, principais clientes do petróleo angolano, preferem negociar com um Governo corrupto, inseguro, não democrático, totalmente submetido aos seus interesses.

Tendo tudo isto em atenção não é provável que a guerra em Angola termine tão cedo. Só os muito ingénuos, ou os cínicos sem vergonha, defendem ainda a tese de que é possível fazer a paz com as mesmas pessoas que criaram esta guerra, e dela retiram dividendos. O que resta às raras e fragilíssimas organizações que representam a sociedade civil angolana é um trabalho moroso, ingrato, cheio de perigos e quase sem perspectivas: socorrer as populações abandonadas pelo Estado, denunciar os inúmeros atentados aos direitos humanos, contrariar as forças de ruptura que ameaçam a integridade nacional, reflectir sobre o futuro.

É um trabalho obscuro, não reconhecido por ninguém, mas nele reside a única esperança de que um dia será possível voltar a haver gente feliz dentro das fronteiras de Angola.

Entre as grandes propostas que de alguma forma poderão contribuir para o apaziguar de tensões, estão o federalismo - recentemente discutido no parlamento angolano -, e a dignificação das línguas nacionais. Basta acompanhar com alguma atenção a imprensa angolana para perceber que a dissolução do Estado, em

Angola, despertou o nacionalismo Bacongo e Tchkwê, já para não falar no caso de Cabinda, onde a esmagadora maioria da população parece estar a favor da independência imediata.

Os nacionalistas de Cabinda, do Congo ou das Lundas não defendem outra coisa, afinal, senão o bem estar dos seus povos. Ignorá-los, desprezar os argumentos e as razões das forças políticas que os representam, equivale a enfiar a cabeça na areia.

A independência também não resolveu o problema racial em Angola. Pelo contrário: agravou-o. Os angolanos de origem europeia, brancos e mestiços, e o grupo crioulo de uma forma geral, isto é, as pessoas de língua materna portuguesa, barricaram-se em Luanda, e a partir das suas casas, onde nunca falta nem a água nem a luz, dirigem uma guerra na qual só os outros morrem. Entretanto, enriquecem. Enriquecem muito. Esta situação, que o partido no poder insiste em iludir, tem vindo a gerar enorme descontentamento, inclusive no seio do exército, e pode vir a ser utilizada por grupos radicais, com resultados trágicos, num futuro próximo.

O fim da guerra depende, por outro lado, da consciencialização da sociedade civil nos diferentes países com interesses em Angola. Partidos políticos, igrejas, organizações não governamentais, etc., podem e devem exigir responsabilidades aos seus governantes. A articulação entre as forças representativas da sociedade civil em Angola, e forças idênticas, no exterior, poderia contribuir para a pacificação do país. Desgraçadamente, porém, estamos ainda muito longe disso.